

ELEIÇÕES 2014: TRANSIÇÃO DE CICLOS POLÍTICOS NO CEARÁ?

Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho
Universidade Federal do Ceará - UFC
✉ rejaneacarvalho@terra.com.br

Resumo: *Este texto aborda as eleições de 2014 no Ceará como momento importante para a análise da possibilidade de transição do ciclo político do grupo político dos Ferreira Gomes, que, firmado em uma ampla aliança partidária, mantém-se hegemônico na política cearense desde a primeira eleição de Cid Gomes ao governo do Estado em 2006. O foco central da análise está voltado para a identificação de alterações no cenário da política estadual que sinalizem para alterações significativas de posições de liderança do “cidismo” face à organização das forças oposicionistas que se colocam como alternativa real de conquista do poder.*

Palavras-chave: *ciclos políticos; eleições*

Abstract *This text discusses the 2014 elections in Ceará as an important moment for the analysis of possibility of transition of the political cycle from the political group Ferreira Gomes, which, by means of a large party coalition, has made itself hegemonic in politics in Ceará since the first election of Cid Gomes to the state government in 2006. The central focus of the analysis is the identification of scenario changes in the state policy that signal for significant changes in "cidismo" leadership positions facing the organization of oppositional forces that arise as a real alternative to the conquest of power.*

Keywords: *political cycles; elections*

Uma questão que vem permeando meus estudos é a tendência à longevidade de ciclos políticos que se instalaram no Brasil pós-redemocratização, ao final da década de 1980, tanto a nível da presidência da República como em vários estados da federação, com destaque especial no Ceará.

Contrastando com a permanente tensão e instabilidade que marcaram a política brasileira no intervalo democrático de 1946 ao golpe militar de 1964, temos, na fase da redemocratização em meados da década de 1980 e até os dias

atuais, uma regularidade sem sobressaltos de eleições democráticas que comportaram no plano do governo federal dois ciclos políticos longevos, ambos como simbólicas¹ fortes. O primeiro tem início com a eleição (1994-1998) e reeleição de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) pelo PSDB (partido dissidente do PMDB fundado em 15 de janeiro de 1980). A temporalidade nomeada ERA FHC teve como marca simbólica o Plano Real que, mais que instituir uma nova moeda (o Real), realizou o feito memorável do controle da inflação. O segundo com a conquista em 2002 da presidência da República por um operário, dirigente do movimento sindical, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que é reeleito em 2006 e garante em 2010 a vitória de Dilma Rousseff, candidata indicada por ele à sua sucessão sem nunca ter disputado uma eleição, sendo um nome desconhecido do eleitorado.

Em textos anteriores² tentei analisar como se instalaram e se reproduziram mecanismos de longevidade política na política brasileira pós-redemocratização. Levanto a hipótese de que determinados fatores atuaram de forma conjugada, favorecendo a instalação de ciclos políticos longevos: a) a percepção de políticos e eleitores de uma nova temporalidade política inaugurada e cristalizada na mística de personagens fundadores; b) a introdução na legislação eleitoral (1997) da possibilidade de reeleição dos detentores de mandatos no poder executivo; c) a verticalização da tendência situacionista nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal, viabilizada por arranjos institucionais de alianças e coalizões entre partidos constituindo o fenômeno que Carlos Ranulfo nomeia “jogos aninhados” do poder.³

No caso da política cearense também tivemos dois ciclos políticos

1 Exceção ao impeachment de Collor, primeiro presidente eleito pelo voto direto pós 64

2 Ver livros de minha autoria *Transição Democrática Brasileira e Padrão Midiático Publicitário da Política*, Pontes Editores. Campinas, 1999 e *Campanhas Eleitorais e Comunicação Midiática: ciclos de mudança e continuidade*. Edições UFC. Fortaleza, 2013

3 Carlos Ranulfo Felix de Melo, “Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistemas partidários”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, No 4, Brasília, julho – setembro de 2010

longevos. O primeiro, inaugurado em 1986 na epopeica campanha de Tasso (PMDB) ao governo do Estado, que, empunhando a bandeira contra a “política dos coronéis” anunciava um tempo de modernização do Ceará. Os Governos da Mudança se estenderam à vitória de seu sucessor, Ciro Ferreira Gomes em 1990 (PMDB); ao retorno de Tasso ao governo em 1994 (PSDB) e à sua reeleição em 1998 (PSDB). Nas eleições para o governo do Estado em 2002 o PSDB indicou e elegeu Lúcio Alcântara, candidato que, como salientado por Tasso, tinha o perfil de político profissional oposto ao dele. Sua eleição aconteceu no momento de ascensão de Lula à presidência da República, na contra mão da nomeada “onda vermelha” que se espraiava pelo país. A vitória de Lúcio Alcântara, entretanto, não significou que se tenha instalado um governo opositorista⁴. O governador eleito sempre reivindicou relações de cooperação com o governo federal. Em 2006 Lúcio Alcântara candidata-se à reeleição pelo PSDB, desta feita sem o apoio do então senador Tasso Jereissati, que rompeu publicamente com ele para apoiar a candidatura de Cid Ferreira Gomes do PSB, partido que integrava a coligação partidária presidencial encabeçada por Lula. A ampla coligação partidária que elegeu Cid Gomes em 2006 e o reelegeu em 2010, sempre em primeiro turno, também lhe garantiu ampla maioria na Assembleia. Em 2008 a prefeita Luizianne Lins do PT teve o apoio do governador para sua reeleição, apoio que lhe foi retribuído na reeleição de Cid em 2010.

Em 2012, entretanto, os primeiros sinais de corrosão das relações políticas entre Luizianne e o governador vieram à tona. As disputas internas no PT entre os que defendiam a manutenção da aliança do PT com o governo estadual (PSB) e os que a contestaram se tornaram públicas. A prefeita do PT, Luizianne Lins, rompe a aliança como o governador Cid Gomes e os dois

⁴ No segundo turno foram divulgadas peças de campanhas com slogan LU-LU, ou seja vote em Lula para presidente em Lúcio para governador.

lançam seus próprios candidatos para a prefeitura da capital, Fortaleza. Elmano Freitas, (PT) candidato da prefeita e Roberto Cláudio (PSB), candidato do governador, ambos desconhecidos do grande eleitorado e por isso nomeados “candidatos poste”⁵. A vitória de Roberto Cláudio, candidato do governador, sobre Elmano Freitas, candidato da prefeita, ocorrida no 2º turno, fortaleceu os Ferreira Gomes para as negociações a serem feitas nas eleições estaduais de 2014 na medida em que a corrente do PT da ex-Prefeita (Democracia Socialista) Luizianne Lins que lhe faz oposição ferrenha perdeu o comando estadual do partido. O PT ficou assim dividido: oposição na capital ao prefeito Roberto Cláudio (cidista); a direção estadual do partido ocupada por José Guimarães manteve apoio ao governador Cid Gomes, sob o argumento de que essa aliança era condição essencial para dar continuidade ao projeto petista a nível federal.

As eleições de 2014 no Ceará ao governo do Estado e ao Senado me parecem marcar um processo de dissolução da hegemonia do Ferreira Gomes na política cearense oferecendo pistas interessantes para a compreender o fenômeno da transição de ciclos políticos longevos.

O elenco, ao seguir algumas indicações que sugerem que a hegemonia dos Ferreira Gomes esconde a fragilidade de um ciclo político que por um lado é personalizado e por outro é dependente de uma coalizão governista de grande porte, implicando em tensão permanente de interesses conflitantes a serem administrados.

Os rumos da sucessão presidencial são de modo especial importantes para o governador Cid Gomes que rompeu com o PSB de Eduardo Campos, que se lançara candidato a presidência da República, para filiar-se ao recém-fundado PROS (janeiro de 2010) e, desse modo, expressar apoio irrestrito à

⁵ Ver texto da autora em coautoria com Monalisa Soares, “A disputa entre “candidatos poste” pela prefeitura de Fortaleza em 2012” apresentado na reunião da ABCP em Brasília em agosto de 2011

reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014. Uma demonstração de força de Cid foi carrear para o PROS a quase totalidade dos deputados estaduais e federais e prefeitos, não só do PSB mas de outros partidos de sua base política. Em reunião realizada no Centro de Eventos, Cid anuncia: *“agora somos o PROS e vamos à luta”*. No próprio momento de sua criação o PROS converte-se no maior partido do Ceará, contando com o governador, o prefeito da capital, 37 prefeitos de municípios do interior, o presidente da Assembleia Legislativa (Zezinho Albuquerque), cinco deputados federais, oito deputados estaduais e 287 vereadores, numa indicação clara de que a dinâmica política cearense é determinada por pessoas e grupos políticos e não por instâncias partidárias. Vale salientar, entretanto, que a força demonstrada naquele momento pode dissolver-se se considerarmos que um governador em fim de gestão não oferece perspectivas sólidas de manutenção do controle da máquina do Estado. Em 2014 as condições são menos favoráveis à reprodução do que aconteceu em 2012, quando Cid elegeu seu candidato a prefeitura de Fortaleza. Desta feita a oposição teria tempo e disposição para juntar forças necessárias para viabilizar candidaturas ao governo e ao Senado. Duas declarações do senador do PMDB e até então aliado senador Eunício Oliveira repercutiram na mídia como sinalizações de rebeldia ao comando do governador na direção da sucessão estadual: *“Agora é vez dos aliados”* e *“Esta eleição não vai ser de poste”*. Considerando que a imagem do governador e de sua gestão já não apresentam percentuais de popularidade incontestáveis (pesquisa do Ibope, realizada entre os dias de novembro a 2 de dezembro de 2013, apontou que 20% dos eleitores reprovavam o governo Cid Gomes, e apenas 38% consideravam sua gestão ótima ou boa) ele teria dificuldades para indicar de forma monocrática quem seria o candidato à sua sucessão, solapando assim a principal característica do atual ciclo político, o controle pessoal dos processos

decisórios. Sem dúvida o maior problema enfrentado por Cid Gomes era a pretensão inegociável do senador Eunício Oliveira (seu aliado nas campanhas de 2006, 2010 e 2012) de se lançar candidato ao governo estadual pelo PMDB, maior partido da base governista federal. O argumento utilizado era o de que em 2014, em razão das concessões feitas em disputas anteriores, era sua vez de cobrar o apoio do governador à sua candidatura ao governo do Estado. Ficou claro desde o início que o apoio solicitado não lhe seria concedido, pois a vitória de Eunício Oliveira não seria diretamente tributada a ele, o que resultaria no fim do “cidismo”. Por outro lado, o governador teve ainda que administrar dentro de suas “bases” a disputa entre aqueles que pretendiam ser contemplados com a indicação de candidato à sua sucessão. Os pré-candidatos, o vice-governador Domingos Filho, os deputados estaduais Zezinho Albuquerque e Mauro Filho (PROS), Leônidas Cristino (PROS) e membros do secretariado de seu governo, Izolda Cela e Arialdo Pinho (Pros), e Camilo Santana (PT) antecipavam suas campanhas como forma de demonstrar quem detinha maior capital político para ser o escolhido por Cid para representá-lo. A decisão foi adiada até o dia 28 de junho, a dois dias do esgotamento do prazo da justiça eleitoral para a realização das convenções partidárias (30 de junho).

Enquanto isso, Eunício Oliveira ampliava esforços para lançar-se candidato de oposição, arregimentando forças para enfrentar o candidato indicado por Cid Gomes. Uniram-se a ele os dois maiores opositores do governador, Fernando Pessoa (PR), ex-Prefeito de Maracanaú, e Tasso Jereissati (PSDB), derrotado ao Senado em 2010.⁶ O primeiro ocupou o lugar de vice na chapa para o governo, e o segundo, revendo a decisão de “aposentadoria” política, aceitou o desafio de enfrentar os Ferreira Gomes, considerados traidores e responsáveis por sua derrota em 2010. Com a adesão de partidos

⁶ Ver “A derrota de Tasso na disputa para o Senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais?”

menores e conhecendo bem o inimigo a ser enfrentado, a oposição se apresentava para a batalha eleitoral com um suporte não desprezível de forças políticas.

Convenções e Coligações Partidárias

Somente às vésperas das convenções acontecidas ao final no dia 28 de junho) Ciro Gomes anunciou o nome do candidato ao governo da **Coligação Para do Ceará Seguir Mudando** que inclui 18 partidos: Camilo Santana, deputado estadual filiado ao PT, mas com fortes ligações ao seu governo, tendo ocupado duas secretarias de Estado (Desenvolvimento Agrário e Cidades) em suas duas gestões. Para o Senado, o escolhido foi o deputado estadual Mauro Filho, filiado ao PROS e secretário da Fazenda em seus governos. O acordo só foi possível porque o deputado federal José Guimarães abriu mão da candidatura ao Senado que até então reivindicava. Teoricamente a divisão contemplava os dois principais partidos da Coligação, PT e PROS, mas na verdade a filiação partidária pesava menos que o fato de serem reconhecidos como “cidistas”. A tendência oposicionista ao governador dentro do PT, comandada pela ex- prefeita de Fortaleza, Luzianne Lins, reagiu negativamente às suas escolhas, recusando-se a aceitá-las. As insatisfações entre os pré-candidatos do PROS foram aparentemente acomodadas, sem garantias, porém, de arrefecimento do entusiasmo de batalhar na campanha pelos escolhidos do governador.

A **Coligação Ceará de Todos** (clara alusão ao domínio restrito aos Ferreira Gomes) reúne apenas 9 partidos, mas contrabalança esta desvantagem com o peso político dos nomes do deputado Eunício Oliveira dirigente do PMDB nacional e de Tasso Jereissati, cabeças de chapas respectivamente para o

governo e Senado. Pela primeira vez o governador irá enfrentar nas urnas uma oposição com chances de vitória. Pesquisa eleitoral do Ibope, divulgada em julho, antes do início do Horário Eleitoral, dava ampla margem de vantagem para Eunício de Oliveira, com 44% das intenções de voto em relação ao segundo colocado, Camilo Santana, com apenas 14%. Na disputa ao Senado, uma diferença ainda maior: Tasso (58%) e Mauro Filho (14%). Vale ressaltar que é grande o peso das máquinas do governo estadual e da prefeitura de Fortaleza trabalhando a favor de Camilo Santana e Mauro Filho, mas no prato da balança há o contra peso de duas candidaturas fortes ao governo, Eunício Oliveira do PMDB, partido com raízes nas bases municipais, e ao Senado Tasso Jereissati, nome reconhecido por sua importância na história política de Ceará. Como se comportarão as “bases eleitorais” nos municípios do interior do Estado? Considerando que a oposição se apresenta com real perspectiva de conquista do poder, é provável que para ela migrem muitos dos “chefes políticos” que nos municípios funcionam como elos de ligação entre candidatos e eleitores. A presença do PMDB na oposição não impede que prefeitos do interior decidam-se pelo apoio aos candidatos ligados ao governador Cid Gomes. Do mesmo modo, os votos para Eunício e Tasso podem vir de lideranças municipais até então situacionistas. Um complicador adicional vem do fato de que tanto o PMDB de Eunício como o PROS dos Ferreira Gomes integram a base de apoio da candidata à presidência Dilma Rousseff que, segundo as pesquisas, tem no Ceará mais de 60% das intenções de voto. As fronteiras borradas entre “oposição” e “situação”, que balizam as escolhas dos eleitores, facilitam o trânsito entre os dois lados. As mais heterodoxas mixagens na composição de votos podem acontecer. O exemplo disto é o alto percentual de eleitores de Dilma Rousseff para presidente e de Camilo para governador que declaram voto em Tasso Jereissati (do PSDB) para o senado federal.

Cenário da disputa para o governo e Senado pós início do Horário Eleitoral

A grande aposta de Cid Gomes era que o início do Horário Eleitoral de Propaganda na TV faria decolar seus candidatos ao governo do Estado e Senado, que pouco conhecidos do eleitorado partiam de índices muito baixos de intenção de voto.

As estratégias de comunicação direcionam-se para tornar os candidatos conhecidos e vincular suas imagens aos bons frutos da gestão do governo Cid Gomes. O fato de tanto Camilo como Mauro Filho terem sido secretários de estado nos dois governos de Cid Gomes tornava possível que fossem apresentados como coautores do projeto de um **Ceará Melhor**, cuja continuidade seria por eles assegurada. O argumento dos ganhos para o Ceará de ter um governador e um senador que estão do mesmo lado da presidenta Dilma consagra a defesa do situacionismo verticalizado.

Aos candidatos da oposição cabe a tarefa de mostrar a contra-imagem do governo de Cid extensiva aos seus candidatos: o aumento da criminalidade e da violência; as prioridades dadas a investimentos em projetos sem importância social, com destaque para aquele que ironicamente é nomeado como a maior obra hídrica do governador, a construção de um aquário em um ano de seca que agrava a situação de carência da população rural.

A imagem destacada de Eunício Oliveira é a do homem sertanejo que por sua luta conquistou vitórias como empresário e político.

A campanha de Tasso ao Senado está focada na evocação dos seus feitos no “tempo das mudanças” do Ceará: redução da mortalidade infantil; criação dos agentes de saúde; construção de grandes obras como o açude Castanhão, o Porto do Pecém, o aeroporto internacional. A estratégia discursiva

predominante é a conversa encenada: com os jovens para falar de um tempo de conquistas que eles não conheceram e com os mais velhos para rememorar as experiências das mudanças que eles testemunharam. O sentido dominante nos discursos da campanha de Tasso é o de que o tempo das mudanças pode ser revivido com a volta de Tasso no Senado.

Na primeira pesquisa O POVO/Datafolha divulgada em 14 de agosto, após o início do HGPE⁷, Eunício mantinha-se como primeiro colocado, com 54%, e Camilo em segundo, com 31%. Em simulação de um segundo turno Eunício venceria com 47% contra 19% de Camilo. Na disputa ao Senado Tasso alcançava 54% das intenções de voto e Mauro Filho aparecia como segundo colocado com 20%. Na pesquisa IBOPE para o governo divulgada em 3 de setembro, Eunício mantinha a liderança com 42% mas decrescera 12 pontos em relação a Camilo, que aparece em segundo com 34% das intenções de voto. Os dados sinalizam para a realização de um segundo turno, e na simulação feita Eunício venceria com 46% de votos contra 35% de Camilo. Na mesma pesquisa Tasso continuava liderando a disputa para o Senado com 54% e Mauro Filho aparecendo em segundo com 20% das intenções de voto.

A perspectiva é de uma campanha competitiva tanto para o governo como para o Senado. Se não ocorrer reversão de tendência os dados mencionados sugerem que, em 2014, será quebrada a regra de que o governador eleja também senador do mesmo partido ou coligação. A campanha ao Senado de Tasso parece estar “descolada”, tanto da disputa ao governo do Estado como da presidência da República, (o candidato do PSDB, Aécio Neves não se beneficiou da boa performance de Tasso). Ele se apresenta como o candidato a senador de “todos os cearenses”, que não depende do apoio de outros políticos, diferenciando-se de Mauro Filho que se apresenta

7 Horário Gratuito Político Eleitoral

como candidato “do mesmo lado” do governador de Lula e da candidata a presidente Dilma Rousseff.

Considerações inconclusivas

Em um texto escrito a duas semanas do pleito eleitoral de 5 de outubro, em uma campanha travada em um clima de alta competitividade, qualquer análise com pretensões conclusivas é temerária. Exatamente porque a imprevisibilidade é uma das marcas das campanhas eleitorais que acontecem em momentos de transição de ciclos políticos que admito estejamos vivendo em 2014, não apenas no plano das disputas estaduais, mas também na presidencial.

Um cenário desfavorável a um candidato pode, por um evento inesperado, ser revertido a seu favor. Foi o que aconteceu com Marina Silva que, sem conseguir o registro oficial do seu partido (Rede), buscou acolhida no PSB de Eduardo Campos. Por um lance do destino, que ceifou a vida de Eduardo Campos, Marina passou da condição de hóspede ilustre à de dona da casa, a quem coube o lugar não mais de vice mas de candidata à presidência. Sua presença alterou o rumo da campanha presidencial. Ao perder a condição de única favorita na disputa presidencial, Dilma Rousseff enfraqueceu também os candidatos que nas disputas majoritárias estaduais apostaram todas as fichas no apoio que esperavam dela, de Lula e do PT (caso do governador Cid Gomes). Perde eficácia o argumento que sustenta a estratégia de verticalização do situacionismo que invoca as vantagens do alinhamento das esferas do poder federal, estadual e municipal: “é bom que todos estejam do mesmo lado”.

Outro sinal de que um ciclo de poder esgota sua capacidade de reprodução é a tendência de desagregação dos grandes condomínios partidários de onde saem nomes políticos de porte que irão se tornar articuladores da oposição aos antigos aliados. Um exemplo disso é a decisão de Eunício Oliveira

de romper a aliança com Cid Gomes, para se lançar candidato ao governo, colocando o governador na difícil situação de escolher um candidato com força suficiente para enfrentar uma oposição preparada para ganhar as eleições.

Vale ressaltar que a liderança política que consagra a existência e continuidade de um ciclo político enfrentará sempre, ao término do seu segundo mandato, a dificuldade da escolha de quem irá sucedê-la. Alguém com força política própria? Ou um candidato que replique sua própria imagem? Foi este o desafio que Eunício endereçou a Cid Gomes quando anunciou que aquela não seria uma eleição de “postes”. Os dois candidatos da oposição, Eunício e Tasso, pelo alto “recall” no eleitorado, partem na dianteira em relação aos candidatos indicados por Cid Gomes para o governo e para o Senado, e até o momento mantêm-se como primeiros colocados nas pesquisas de intenções de voto. Como entender este fenômeno? O controle das máquinas do poder estadual e da prefeitura da capital é suficiente para garantir a vitória dos candidatos do governador? A título de especulação, digo que respostas às questões postas devem ser buscadas em pesquisas empíricas sobre o comportamento flutuante das “bases governamentais” em momentos de transição de ciclos políticos em que a perspectivas reais de alternância estão postas.

A guisa de exemplo, destaco notícia divulgada no jornal o Povo sobre a declaração de um candidato a deputado da coligação situacionista - Fernando Hugo, que ganhou notoriedade por sua histriônica oposição ao governador - de ter entrado na justiça pelo direito de excluir os nomes dos candidatos Camilo e Mauro de sua propaganda eleitoral na TV. Solicitação semelhante foi feita judicialmente por Luizianne e outros candidatos de seu grupo político, candidatos a deputado federal e estadual que recusaram-se publicamente a fazer campanha para os candidatos de um governo que classificam como inimigo.

Ao optar em 2014 por não se candidatarem a nenhum cargo político, os irmãos Cid e Ciro Ferreira Gomes ao final do pleito ficarão fora do campo político institucional, correndo o risco de cair no ostracismo. Camilo e Mauro, considerados escolhas pessoais do governador, não carregarão o ônus de uma eventual derrota, que recairá mais fortemente sobre o patrono do que sobre os afilhados. Na fase atual (penúltima semana de setembro) da campanha, os ataques mútuos são cada vez mais numerosos e pouco civilizados, de modo especial os travados nas redes sociais na internet. Um trecho postado por Ciro Gomes no *Facebook* é ilustrativo da guerrilha travada com a oposição:

“Ei negada! Hoje fui surpreendido com um aviso do Facebook de que estou sendo censurado por petição do riquinho Pinóquio que quer comprar o governo do Ceará. Tiraram uma publicação minha... vou continuar tentando repartir a verdade com meus irmãos e irmãs cearenses”

Ganhou espaço no Jornal Nacional de segunda-feira a notícia de que o Governador Cid Gomes, conseguira por liminar de ordem judicial retirar de circulação o número da revista **IstoÉ** (17 de setembro), que em matéria sobre o escândalo de corrupção na Petrobrás⁸ incluiu seu nome entre os envolvidos no esquema de pagamento de propinas. A matéria ganhou uma repercussão que extrapolou a natureza do seu conteúdo (verdadeiro ou falso) ao deslocar o debate para o ato de censura do governador que feria a liberdade de imprensa como valor democrático. A liminar foi julgada pelo Ministro do STF Luis Roberto Barroso, que classificou a medida proibitiva como “censura prévia”

⁸ A matéria que levou Cid Gomes a pedir a censura de **IstoÉ** está disponível em:
http://www.istoec.com.br/reportagens/382998_NO+RASTRO+DO+DINHEIRO+DA+PROPINOBRAS

determinando que a revista citada voltasse a circular. O episódio funcionou para o governador como um “tiro no pé”. Ciro Gomes acusou Eunício Oliveria de ter pago a **IstoÉ** para lançar acusações falsas sobre seu irmão. O candidato ao Senado Mauro Filho declarou apoio à ação judicial movida por Cid contra a **Isto É**, classificando as falsas denúncias como indicativas da “ameaça de derrota eleitoral” sentida pelos opositores. Que venham as próximas pesquisas eleitorais, com indicações sobre como os eleitores reagem à troca de insultos entre candidatos e seus patronos.

Referências

- BORGES, André. “Já não se fazem máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros” *Revista de Sociologia Política* v.18, n.35, fev. 2010
- CARVALHO, R. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Campinas: Pontes Editores, 1999.
- CARVALHO, R. *Campanhas eleitorais e comunicação midiática: ciclos de mudança e continuidade*. Fortaleza: edições UFC, 2013.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly; SOARES, Monalisa. “A disputa entre “candidatos poste” pela prefeitura de Fortaleza em 2012” apresentado na reunião da ABCP em Brasília em agosto de 2011
- FERREIRA, Jorge (org) *O Populismo e sua História- debate e crítica*. Civilização Brasileira, RJ. 2001
- LIMONGI, Fernando. Presidencialismo, Coalizão Partidária e Processo Decisório. *Novos Estudos Cebrap*. n.76, SP, nov. de 2006
- MARTINS, José de Souza. *A Política do Brasil- Lúmpen e Místico*. Editora Contexto. SP. 2011.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix. Eleições Presidenciais, jogos aninhados e sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, Brasília, jul-set de 2010.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em Movimento – Da Abertura Democrática ao Governo Dilma*. Companhia das Letras, São Paulo. 2013
- NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política Brasileira- clientelismo. Corporativismo e insulamento burocrático*. Garamond Universitária. Rio de Janeiro. 2010
- O POVO/DATAFOLHA. Eunício Oliveira lidera disputa com 47%; Camilo Santana tem 19%. *O Povo*. Fortaleza, CE, 2014. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/08/14/noticiasjornalpolitica,3298031/eunicio-oliveira-lidera-disputa-com-47-camilo-santana-tem-19.shtml>>. Acesso em 09 set. 2014.
- RAULFO, C. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistemas partidários. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 14-41, jul. - set. 2010.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo- Reforma Gradual e Pacto Conservador*. Companhia das Letras, SP. 2012

UOL. *Ibope: Dilma tem 37%; Marina, 33%; e Aécio, 15%*. São Paulo, SP, 2014. Disponível em <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/09/03/ibope-dilma-tem--marina--aacio-.htm>>. Acesso em 09 set. 2014.